



## A QUESTÃO DO MEIO AMBIENTE NA OBRA DE CAIO PRADO JÚNIOR: FORMAÇÃO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO<sup>1</sup>

Manoel Aires da Silva Neto<sup>2</sup>

Recebido em 23/04/2012, aceito em 20/06/2012.

### Resumo

Este trabalho busca traçar um panorama sucinto da situação ambiental no fim do período colonial brasileiro, apontando o resultado de três séculos de exploração desordenada dos recursos naturais, principalmente nas áreas de predomínio da grande lavoura, nas áreas de mineração, nas áreas de pecuária e na Região Amazônica, onde prevaleceu a coleta das drogas do sertão. Para tanto, tomou-se como base a obra de Caio Prado Júnior *Formação do Brasil Contemporâneo*, enfatizando apenas os capítulos que tratam da degradação ambiental. Embasado nos diários de cronistas e viajantes estrangeiros como Saint-Hilaire, Martius, Luccock, Maximiliano, entre outros, o autor propicia uma visão panorâmica da efervescente vida do Brasil Colonial, no momento em que o projeto metropolitano português havia chegado aos seus limites máximos.

**Palavras-chave:** Meio ambiente, economia colonial e história do Brasil.

### Abstract

This paper attempts to trace a brief overview of the environmental situation at the end of the Brazilian colonial period, indicating the result of three centuries of uncontrolled exploitation of natural resources, especially in areas of predominantly commercial agriculture, in mining areas, in the areas of farming and Amazon region, where the collect of drugs prevailed in the backlands. To this end, we took as basis the work of Caio Prado Junior *Formation of Contemporary Brazil*, emphasizing only the chapters that deal with environmental degradation. Based upon the diaries of chroniclers and foreign travelers such as Saint-Hilaire, Martius, Luccock, Maximilian, among others, the author provides an overview of the bustling life of Colonial Brazil, at the time the project underground Portuguese had reached their maximum.

**Key-words:** Environment, economy colonial and history of Brazil.

---

<sup>1</sup> Este artigo, que tem como foco a obra *Formação do Brasil contemporâneo* de Caio Prado Júnior, é parte de um estudo que vem sendo realizado a partir dos últimos semestres da graduação (2010/2011) sobre a questão do meio ambiente em textos de história do período colonial brasileiro.

<sup>2</sup> Graduado em História pela Universidade Federal de Roraima-UFRR, Av. Cap. Ene Garcez, nº 2413. Bairro Aeroporto, Boa Vista - RR.



## 1. Introdução

Este trabalho busca traçar um panorama sucinto da situação ambiental no fim do período colonial brasileiro, mais precisamente entre o final do século XVIII e o início do século XIX. Apontando o resultado final de três séculos de exploração nas áreas de predomínio da grande lavoura (cana-de-açúcar, algodão, tabaco), nas áreas mineradoras (ouro e diamantes), nas áreas de pecuária (sertão nordestino e campos gerais) e na Região Amazônica, onde predominou a coleta das “drogas do sertão”<sup>3</sup>, abordando assim a condição dos recursos naturais após a passagem vertiginosa de atividades econômicas que visavam única e exclusivamente abastecer o comércio europeu de gêneros tropicais e metais preciosos da colônia em seu momento de ruptura do sistema colonial. Para tanto, tomou-se como base a obra *Formação do Brasil Contemporâneo* de Caio Prado Júnior que, por sua vez, usou como fonte os diários dos cronistas e viajantes estrangeiros que percorreram a colônia de norte a sul, de leste a oeste no referido período. Nesse sentido, os diários de Saint-Hilaire, Martius, Luccock, Maximiliano, Vilhena, dentre outros tiveram um valor inestimável como relatos “in loco” da vida no Brasil Colonial, no momento em que o projeto metropolitano português havia chegado aos seus limites máximos.

A preocupação com a preservação do meio ambiente representa um dos maiores desafios dos dias atuais. Hoje, mais que nunca, são visíveis os efeitos provocados por séculos e séculos de destruição dos recursos naturais. Entretanto, durante a colonização brasileira, para a empresa colonial portuguesa só interessava auferir os lucros imediatos de atividades econômicas, cujo objetivo era exclusivamente abastecer de gêneros tropicais e minerais (açúcar, algodão, tabaco, ouro, diamantes) o comércio português.

A obra *Formação do Brasil Contemporâneo* foi escrita no início da década de 1940, quando a questão ambiental ainda não estava na pauta das grandes discussões do momento. A preocupação com a degradação do meio ambiente surgiria nas

últimas décadas do século XX, como resultado de um processo cuja aceleração remonta ao início da Revolução Industrial, no final do século XVIII, quando aumenta cada vez mais a demanda da indústria pelos recursos provenientes da natureza. Até então, poucos intelectuais tiveram a sensibilidade de lançar um olhar crítico sobre a relação do governo português com os recursos naturais da Colônia, assim como fez Caio Prado Júnior neste livro sobre o fim do período colonial.

## 2 Três séculos de exploração desordenada dos recursos naturais

Dessa forma, o autor inicia o capítulo “Povoamento” fazendo uma análise da ocupação portuguesa, que começa no litoral desde o princípio da colonização e só vai penetrar no interior a partir do segundo século. Os principais núcleos de povoamento vão surgir em Pernambuco, no Recôncavo Baiano e no Rio de Janeiro. Ao descrever o litoral brasileiro, do Oiapoque ao Chuí, o autor aponta alguns aspectos naturais da costa brasileira como fatores condicionantes para a fixação dos núcleos populacionais além da sua extensão. As terras férteis, úmidas e quentes presentes no litoral nordestino, são propícias à empresa colonizadora, enquanto que as zonas de mangues e de serras representam um entrave ao povoamento.

Como preocupação com a degradação do meio ambiente, Prado Júnior destaca a princípio o desmatamento da faixa costeira – zona de concentração dos primeiros núcleos populacionais e de predomínio dos engenhos de açúcar – cuja madeira foi usada na construção e como combustível. Ainda com relação à destruição dos recursos naturais, afirma que o cronista viajante Saint-Hilaire presenciou em suas viagens à capitania do Rio Grande do Sul, em torno de 1820, a prática da queimada dos campos naturais como única forma de renovar a vegetação; onde o cronista encontrou os pastos imprestáveis para a pecuária – base econômica da capitania – em função de tal prática.

No capítulo “Povoamento do interior”, Prado Júnior aponta dois fatores condicionantes à penetração do homem no interior do continente sul-americano: a mineração, descoberta no final do século XVII na região das minas gerais (atuais estados de Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás e Bahia); e a penetração das fazendas de gado,

<sup>3</sup> Produtos naturais extraídos das florestas e dos rios, de larga aceitação no comércio europeu: o cravo, a canela, a castanha do Pará, a salsaparrilha, o cacau; além de produtos do reino animal como a tartaruga, cujos ovos eram utilizados para o fabrico de manteiga, e o peixe-boi (PRADO JÚNIOR, 2004).

primeiro no sertão do norte açucareiro logo no princípio da colonização e, no século XVIII, a ocupação dos campos gerais do sul da colônia. O autor destaca também o povoamento do grande vale amazônico, cuja ocupação se estabelece às margens do grande rio e seus tributários (Negro, Branco, Madeira, Tapajós, Purus, Juruá). A forma de ocupação humana nesta região se deu por meio da coleta de produtos espontâneos da floresta: as drogas do sertão.

A questão ambiental fica implícita nesse capítulo. Pode-se percebê-la na penetração do povoamento no interior da colônia, até então indevassado. A penetração do sertão nordestino não favoreceu a destruição do ambiente, uma vez que as próprias condições naturais presentes na caatinga propiciaram o estabelecimento das fazendas de gado; na zona mineradora, a migração vertiginosa do litoral e seu estabelecimento nas áreas auríferas causaram mais danos ao ambiente; no sul da colônia, nos campos gerais (atuais estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul), o cronista francês Saint-Hilaire, conforme já foi visto, visitou a região em 1820, e encontrou os campos naturais praticamente inutilizados em função da prática rudimentar da queimada para renovar o pasto. O povoamento do vale amazônico teve como força propulsora a coleta dos produtos espontâneos da floresta e dos rios – atividade vista como predatória.

No capítulo “Economia”, o autor vai ressaltar que a economia no período colonial teve como base a grande propriedade monocultora e escravocrata, destinada a fornecer ao comércio europeu alguns produtos tropicais ou minerais de elevado valor comercial (o açúcar, o algodão e o ouro), ao lado de atividades subsidiárias cujo objetivo era aviar a atividade principal: a lavoura de subsistência e a pecuária. A primeira, praticada no âmbito da grande lavoura e, a segunda, no sertão nordestino e nas capitânicas do sul.

Três grandes setores produtivos vão manter em funcionamento o comércio da empresa comercial metropolitana: a agricultura, a mineração e o extrativismo. Setores que, em conjunto, terão como base a grande unidade produtora, o trabalho escravo e o funcionamento do comércio internacional. É importante destacar que ao lado dos setores de produtos para exportação, havia a também produção destinada ao consumo interno da colônia, a exemplo do fabrico e venda do charque nas capitânicas do Ceará, Piauí e Rio Grande do Sul.

No que diz respeito à degradação ambiental, a exploração da grande unidade produtora, segundo Prado Júnior, tem o agravante de sugar até os últimos recursos que a terra pode oferecer. É o caso do esgotamento total (o autor chama de aniquilamento) dos recursos naturais da zona açucareira litorânea; o aniquilamento das áreas mineradoras. Do mesmo modo, no setor extrativo vegetal e animal, onde prevaleceu a coleta das drogas do sertão e dos ovos de tartaruga, embora fossem atividades praticadas em grandes extensões territoriais, não deixaram de causar danos ao ecossistema amazônico.

No capítulo a “Grande lavoura”, no qual a utilização desordenada dos recursos naturais (florestas, solos, pastos naturais) aparece de forma mais evidente, o autor chama de “grande lavoura” a agricultura de produtos para a exportação, ou seja, o açúcar, o algodão, o tabaco e, em menor importância o cacau, o arroz e o anil. Atividade esta, praticada por meio de processos bárbaros, destrutivos e com efeitos devastadores, muitas vezes irreversíveis, a exemplo de vastas áreas da Mata Atlântica<sup>4</sup> que cobria o litoral brasileiro do Rio Grande do Sul ao Rio Grande do Norte, estendendo-se pelo interior do país (Figura 1).

Dessa forma, para a instalação de novas culturas, se utilizava o processo “brutal” (o termo *brutal* é utilizado pelo autor) copiado dos indígenas: a “queimada” ou “coivara”, o que causava o empobrecimento gradual e definitivo do solo. A mata escolhida pelas propriedades naturais de seu solo, que antes cobria densamente a maior parte das áreas ocupadas pela colonização, desaparecia rapidamente devorada pelo fogo. O que antes representava uma densa e ininterrupta floresta, que se estendia da Paraíba ao Recôncavo Baiano, no período em destaque, restavam apenas algumas manchas nos dois extremos.

Segundo Prado Júnior, a destruição cabia em grande medida ao consumo indiscriminado e descontrolado de lenha, realizado pelos engenhos de açúcar, que absorviam quantidades enormes. Citando Vilhena, cronista baiano do período, o autor assegura que esse consumo girava em torno

<sup>4</sup> A Mata Atlântica abrangia uma área equivalente a 1.315.460 km<sup>2</sup> e estendia-se originalmente ao longo de 17 Estados (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Alagoas, Sergipe, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí). Fonte: <http://www.sosma.org.br/nossa-causa/a-mata-atlantica/> acesso em 06/07/12.

de 12 a 16 carros de lenha por dia somente nas fornalhas médias. Vale ressaltar que havia milhares de engenhos no litoral nordestino e na Baixada Fluminense. Paradoxalmente, nas colônias inglesas, francesas e holandesas do

Caribe, o uso do bagaço de cana como combustível era um processo rotineiro. No Brasil, este material de alto teor calorífico, era desperdiçado com a sua incineração.

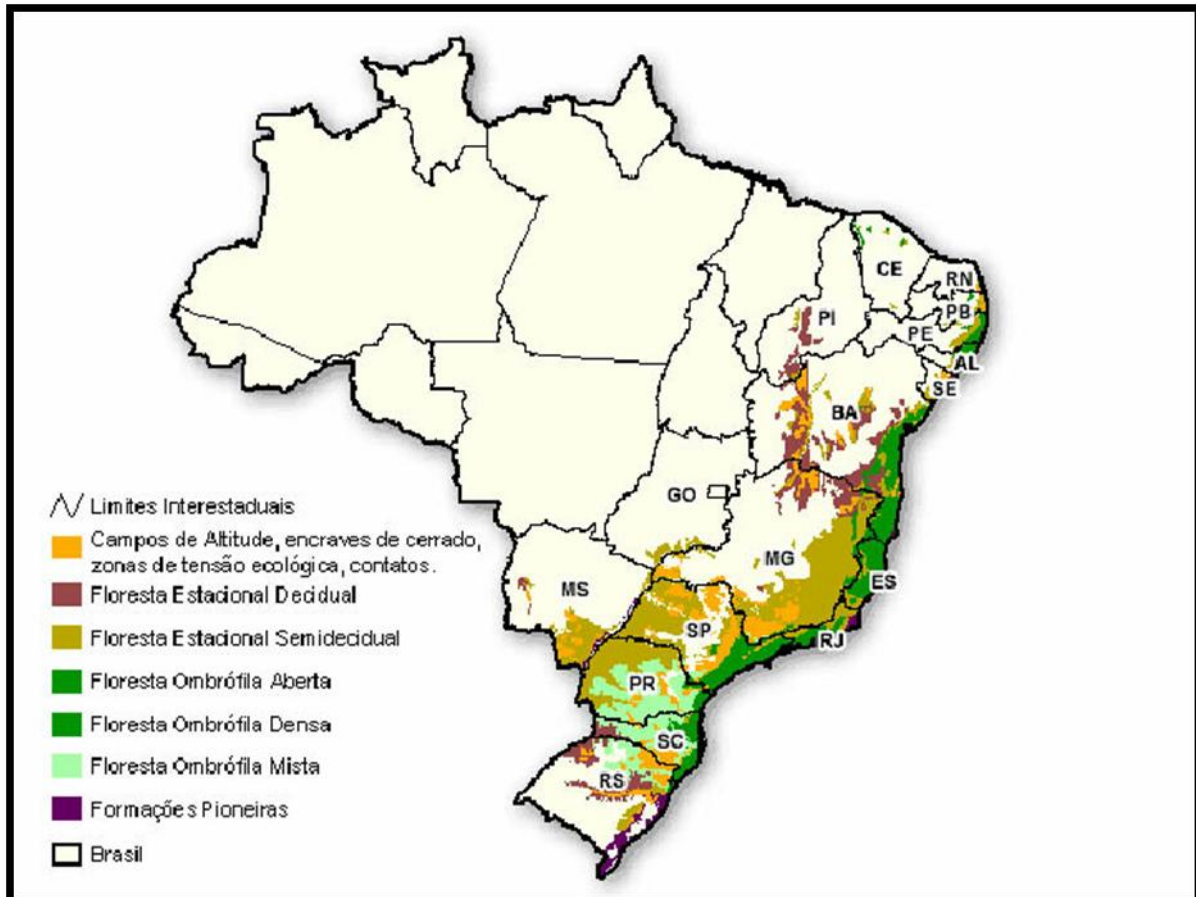


Figura 1: Representação da cobertura original da Mata Atlântica.

Fonte: [http://www.socioambiental.org/website/noticias/brasil/f\\_map\\_br.htm](http://www.socioambiental.org/website/noticias/brasil/f_map_br.htm) acesso 06/07/12.

Com a continuação de tais métodos, a devastação da mata em larga escala ia formando desertos em torno dos engenhos, o que tornava a madeira para queima cada vez mais escassa, a ponto de ir buscá-la a distâncias consideráveis; às vezes ela se tornava inacessível, tornando a produção inviável e causando o abandono de engenhos.

De modo geral, a grande lavoura foi praticada de forma rudimentar e sem nenhuma inovação tecnológica, mais quantitativa que qualitativa; marcada pela baixa produtividade, fruto do baixo nível técnico e que causava a esterilização quase completa de áreas extensas, como atestam os viajantes estrangeiros citados, que visitaram a colônia em suas áreas produtoras,

como Martius, Saint-Hilaire, Luccock, Maximiliano, dentre outros.

O algodão, outro produto da grande lavoura, era produzido nas regiões mais interiores do Maranhão, Bahia e planalto paulista. Ao contrário do açúcar, mais afeito às áreas quentes e úmidas do litoral, este produto se adaptava melhor nas regiões típicas do interior. Também tinha como base a grande unidade produtora, trabalho escravo e realizado de forma primitiva, sem melhoramentos técnicos tanto no cultivo como na produção.

Outro produto da grande lavoura foi o tabaco, produzido principalmente na Bahia. Apesar de apresentar certos cuidados técnicos, sem representar nenhum avanço em relação aos outros

produtos exportáveis, não se distinguia muito das demais lavouras. Outros produtos concorriam em menor importância com a grande lavoura: o cacau, produzido nas capitânicas setentrionais (Pará e Rio Negro), depois sul da Bahia; o arroz, produzido no Maranhão – seu maior exportador – e o anil, produzido principalmente no Rio de Janeiro.

Somando-se todos esses produtos da agricultura de exportação, cujo objetivo era fomentar o mercado internacional, produzidos de forma primitiva e desprovidos de qualquer técnica de manejo ambiental, somando-se ainda aos três séculos de colonização – isso sem contar com o café que a partir de meados do século XIX seria o principal produto da economia brasileira, responsável pelo desmatamento de extensas áreas no vale do Paraíba (no Rio de Janeiro) e no planalto paulista – não é difícil imaginar o quadro representado pela destruição dos recursos naturais na colônia no seu momento de transição para o Império.

Segundo Prado Júnior, a indústria mineradora no Brasil, tema tratado no capítulo “Mineração”, foi uma aventura passageira cujo sucesso se deveu, ao longo de um século, à disseminação do ouro brasileiro por larga área (região das minas gerais). A atividade mineradora era realizada por meio de autorização régia, e também por “fiscadores” – estes, garimpeiros anônimos –, principalmente em seu momento de declínio (segunda metade do século XVIII). Com o diamante, também descoberto nas regiões contíguas ao ouro, sua extração ficou confinada ao monopólio real. Em função da má administração da metrópole, que só visava subtrair os lucros imediatos das minas, era comum o contrabando e a fraude dos decretos que regiam a atividade.

Realizada desta forma, por meio de processos rotineiros e sem nenhuma assistência técnica, e de maneira rudimentar que mal se tocava um ponto para logo abandoná-lo e passar adiante, apesar da riqueza avultada que produziam as aluviões (leitos dos rios) deixou tão poucos vestígios, a não ser a prodigiosa destruição dos recursos naturais que semeou pelos distritos mineradores – como observa o cronista Saint-Hilaire. A atividade aurífera estava fadada ao insucesso frente à dispendiosa e ineficiente administração portuguesa.

A pecuária, realizada extensivamente, sem preparo ou melhoria dos pastos, salvo o sistema grosseiro de “queimada”, não fugia ao baixo nível técnico geral da economia colonial. Dada,

sobretudo, à pobreza dos pastos nativos, era realizada em áreas extensas assim como a grande lavoura, a mineração e a atividade extrativa nas capitânicas setentrionais. Salvo alguns projetos esporádicos com “capim angola”, citados pelo cronista Luccock, no Rio de Janeiro (Martius o observa na Bahia), não se cogitou em manejo para melhorar a pecuária da colônia nas suas áreas produtivas.

O sistema “brutal” da queimada, universal na colônia, se fez presente mesmo nas fazendas mineiras, reveladoras de uma técnica superior às suas congêneres dos sertões, principalmente no Norte. Lá os pastos eram queimados a cada três meses para renovar a forragem. No sertão do Nordeste a queimada era anual e sempre antes do período das escassas chuvas. Nesta região as secas eram constantes, a exemplo da grande seca que durou de 1791 a 1793, de efeitos devastadores para o meio ambiente e para o homem.

### **3 Produções extrativas e a pesca da baleia**

As produções extrativas se referem à colheita dos frutos da floresta e dos rios, incluindo a madeira. A exploração da madeira teve seu início nos primeiros anos da colonização, com a extração do pau-brasil<sup>5</sup> na faixa litorânea, uma atividade predatória extinta pouco depois. A extração do grande número de gêneros naturais aproveitáveis e utilizáveis no comércio: o cravo, a canela, a castanha, a salsaparrilha, o cacau, os produtos do reino animal como a tartaruga e seus ovos, e o peixe-boi, teve no índio – profundo conhecedor da floresta e dos rios – um elemento preponderante: sua mola propulsora. Desse modo, além de servir como pólo de atração de colonos, a indústria extrativa também representou o esgotamento das fontes produtivas.

---

<sup>5</sup> As árvores de pau-brasil cresciam quase que exclusivamente entre os atuais estados do Rio Grande do Norte e o Rio de Janeiro, em meio à exuberância da Mata Atlântica, com exemplares que atingiam de 20 a 30 metros de altura (BUENO, 1998). Assim como o pau-brasil, muitos animais e pássaros da Mata Atlântica eram objeto de desejo dos comerciantes e traficantes europeus nos primeiros séculos da colonização. A título de exemplo, em agosto de 1531 foi capturada pelos portugueses, em Málaga na Espanha, a nau francesa *Peregrina*, transportando um carregamento de “15 mil toras de pau-brasil, 3 mil peles de onça, 600 papagaios e 1.8 toneladas de algodão” (BUENO, 1999).



Segundo Prado Júnior, a pesca predatória da baleia, cujo óleo servia para iluminação e fazer liga nas argamassas das construções, teve na colônia seus dias de grandeza. Realizada nas costas brasileiras, da Bahia ao litoral de Santa Catarina, a atividade foi responsável pelo extermínio de milhares desses animais mamíferos. A título de exemplo, o autor cita que de uma única vez foram apanhadas 523 baleias em uma armação. Multiplicando-se esse número pelos séculos nos quais prevaleceu esta atividade, tem-se uma vaga ideia do estrago ambiental causado pela pesca baleeira.

Para não dizer que não houve nenhuma ação real no sentido de preservar as matas da Colônia, de acordo com a obra em destaque, foram instituídos alguns decretos, mas logo se percebe as reais intenções do governo português. Por conta disso, uma Carta Régia de 13 de março de 1797 estabelecia que seriam reservadas à coroa todas as matas e arvoredos à borda da costa e dos rios que desembocassem no mar. A carta criava também a “Conservadoria das Matas”, órgão que deveria controlar os cortes reais (financiados pelo governo metropolitano) e impedir a devastação. Regimentos anteriores (de 12/09/1652 e de 13/10/1751) proibiam os cortes reais e as queimadas.

Essas são, portanto, as poucas referências encontradas na obra em relação a uma legislação objetivando a proteção e preservação das matas brasileiras do período colonial (isto não significa dizer que sejam as únicas). Porém, como foi visto, tal legislação não tinha um cunho ecológico, mas é reveladora da verdadeira intenção da Coroa de Portugal, ou seja, preservar os bosques para reconstruir a decadente e quase extinta armada portuguesa com o uso das madeiras nobres da Mata Atlântica.

#### **4 Considerações Finais**

Em *Formação do Brasil Contemporâneo*, Prado Júnior atribui ao sistema de colonização implantado no Brasil, caracterizado pela grande propriedade monocultora, exportadora e

escravocrata, as raízes dos nossos problemas contemporâneos. A leitura da obra permite elucidar e desconstruir muitos mitos cristalizados pelos manuais didáticos em relação à formação do país. Também serve como reflexão para o momento atual, quando é cada vez mais urgente a necessidade de se preservar o meio ambiente e de se produzir de forma sustentável, sem que se fique apenas no discurso ambientalista.

Assim, em relação ao meio ambiente, qual era a situação da Colônia em seu momento de transição para o Império, eis a pergunta? A Mata Atlântica, que em 1500 cobria em torno de 16% do território brasileiro – hoje restam menos 10% da cobertura original – reduzida a manchas esporádicas após a passagem vertiginosa da grande lavoura do açúcar (Figura 2); os solos deteriorados pela quase extinta atividade mineradora na região das minas gerais; além dos campos inutilizados pela prática da queimada nas regiões de pecuária: sertão nordestino, sul de minas e pampas gaúchos. Na indústria extrativa, iniciada com a extração do pau-brasil, tem-se a extinção de muitas madeiras de lei, das baleias que cruzavam o oceano, das tartarugas e peixes-boi. Quanto ao indígena, o que causava menos danos ao ambiente, ele próprio, era uma droga exótica do sertão.

Para finalizar, vale tecer algumas considerações a respeito desta leitura. Em primeiro lugar, Caio Prado Júnior, ao que parece, não tinha como objetivo levantar uma discussão em torno do discurso ambientalista, mesmo porque este discurso é recente. Tudo indica que o autor estava mais preocupado em explicar as raízes dos problemas de seu tempo, lançando um olhar crítico sobre a forma como a metrópole portuguesa conduziu o processo de colonização. Para Portugal, mais interessado em colher os lucros imediatos do comércio ultramarino, a natureza prodigiosa do Brasil propiciava recursos inesgotáveis, embora já se sentisse os efeitos deletérios dos três primeiros séculos de exploração.



Figura 2: Distribuição da Mata Atlântica entre os séculos XVI e XXI (1500 a 2007).

Fonte: <http://www.google.com/search?ie=UTF-8&oe=UTF-8&sourceid=navclient&gfns=1&q=mapas+da+mata+atlantica> acesso 06/07/2012.

## Divulgação

Este artigo é inédito e, portanto, não está sendo considerado para qualquer outra publicação. Os autores e revisores não relataram qualquer conflito de interesse durante a sua avaliação. Logo, a revista *Scientia Amazonia* detém os direitos autorais, tem a aprovação e a permissão dos autores para divulgação, deste artigo, por meio eletrônico.

## Referências

CARDOSO, C. F. S. **Economia e Sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará, 1750 – 1817**. Rio de Janeiro: Edição Traal, 1984.

BUENO, E. **Náufragos, traficantes e degredados: as primeiras expedições ao Brasil**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.

\_\_\_\_\_. **Capitães do Brasil: a saga dos primeiros colonizadores**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999.

DUARTE, R. H. **História & Natureza**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. -2. Ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. **Visão do Paraíso: motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. – 6° ed. – São Paulo: Brasiliense, 1996.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

REIS, J. C. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2001.